



ARTIGO



## Vivências de Pessoas Transgêneras em Instituições de Saúde e de Educação

Ester Mascarenhas Oliveira, *Universidade de Brasília (UNB)*

Luciana Neves da Silva Bampi, *Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)*

Carle Porcino, *Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP)*

Hellen Torres Coelho, *Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB)*

Cleuma Sueli Santos Suto, *Universidade do Estado da Bahia (UNEB)*

Paula Bastos Antunes, *Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB)*

Thais Alfaia de Santana Pardo, *Uniprojeção*

Bárbara Angélica Santos de Oliveira, *Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)*

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo conhecer situações vivenciadas pelas pessoas transgêneras em serviços de saúde e instituições de educação. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e descritiva que cumpriu as seis fases do estudo de caso concebidas por Yin e investigou pessoas transgêneras maiores de 18 anos. As entrevistas foram realizadas presencialmente e/ou via Google Meet. Os dados coletados foram transcritos na íntegra e analisados segundo análise temática. Resultados: participaram Foito pessoas transgêneras, três com ensino médio e quatro cursando ensino superior. O direito ao uso do nome social não é respeitado por profissionais de saúde, apesar de experiência exitosa de acolhimento acontecerem. Em escolas, a dificuldade no uso de banheiros e evasão apresentam-se como maiores dificuldades. Nota-se, em diferentes contextos institucionais, semelhanças nos relatos de transfobia recorrente que afastam essas pessoas na assistência à saúde e educação, contribuindo com o aumento das vulnerabilidades já existentes. Considerações finais: A importância de reconhecer a necessidade de profissionais mais qualificados para a assistência a essas pessoas e suas especificidades, com acolhimento adequado por meio de empatia, se adequa aos princípios do SUS e a ética da atuação profissional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pessoas Transgêneras. Serviços de Saúde. Instituições Acadêmicas.



## Introdução

População transgênera é composta por experiência que foge à cisnorma. De modo geral, as pessoas trans e travestis por não se identificarem com o gênero designado por ocasião do nascimento podem adotar ou não práticas de modificação corporal com vistas à promoção do bem-estar consoante ao gênero a que sentem pertencer (Porcino; Coelho; Oliveira, 2018).

A saúde é considerada um direito social, previsto na Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã (Brasil, 1988). Alguns segmentos sociais, dentre eles a população transgênera, ainda vive uma trajetória de luta pela conquista deste direito (Romanelli; Lindsey, 2020).

Durante anos, em dez atualizações, a expressão ‘transexualismo’ esteve presente na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde em sua décima revisão (CID-10), como ‘transtorno da identidade sexual’ (MS, 2021). Apenas em sua décima primeira revisão houve alteração e deixou de ser considerado uma condição psicopatológica e passou a ser denominada ‘incongruência de gênero na adolescência ou na idade adulta, incongruência de gênero na infância e incongruência de gênero não especificada’ alocadas no capítulo que remete às ‘condições relacionadas à saúde sexual’ (Cano-Prais; Costa-Val; Souza, 2021).

Estudos que abrangem pessoas transgêneras, serviços de saúde e ambientes formativos de educação ainda são incipientes, sobretudo quando envolvem o impacto desse fenômeno na qualidade de vida dessa população. No cenário da saúde destacam-se algumas pesquisas (Pereira; Chazan, 2019; Chipkin; Kim, 2017). No contexto formativo de educação vale resaltar duas (Saleiro; Palma, 2017; Souza et al., 2018).

Em debates com acadêmicos de enfermagem, na disciplina de saúde coletiva, pôde-se observar questões complexas relacionadas à população transgênera, sobretudo no tocante aos contextos coletivos como o acesso à saúde, em seus diversos níveis hierárquicos, bem como o acesso e a permanência em espaços escolares.

Partindo da compreensão que a exclusão, o preconceito, a discriminação e violência institucional são motivados pelo reforço a invisibilidade e desrespeito às diferenças, mas também pelas barreiras enfrentadas ao acessarem estes espaços onde as situações de vulnerabilidades são potencializadas entre a população transgênera. Dessa maneira, cumpre-nos refletir acerca das questões que remetem ao acesso, qualidade do atendimento dispensado e a permanência, que envolvem o dia-a-dia desse segmento. Além disso, nos questionamos



Ester Mascarenhas Oliveira  
Luciana Neves da Silva Bampi  
Carle Porcino  
Hellen Torres Coelho  
Cleuma Sueli Santos Suto  
Paula Bastos Antunes  
Thais Alfaia de Santana Pardo  
Bárbara Angélica Santos de Oliveira

126

sobre as experiências da população transgênera com a Enfermagem. Diante desse contexto, surge a seguinte questão norteadora: quais são as situações vivenciadas pela população transgênera no contexto formativo de educação, atendimento em saúde e os possíveis impactos positivos e/ou negativos que podem ser identificados?

Nesse aspecto, dada a importância de discutir sobre as vivências do grupo em questão em espaços de educação e saúde, torna-se premente refletir sobre o compromisso e envolvimento na construção de estratégias e condições que possibilitem à população transgênera o direito de exercício da cidadania, aqui compreendida como sendo o acesso a bens e serviços assegurados a todas as pessoas.

Para tanto, os diversos contextos formativos em educação e serviços de saúde devem estar comprometidos com valores baseados nas diversas realidades de usuárias/os/estudantes. Os equipamentos de educação e saúde que não concebem as singularidades podem reforçar as barreiras no acesso e comprometer a qualidade da atenção prestada, o que significa negligenciar e violar os direitos das pessoas transgêneras na promoção e qualidade de vida (Lima, 2021; Pinheiro, 2017).

Para responder ao questionamento definiu-se o seguinte objetivo: conhecer situações vivenciadas pela pessoa transgênera em serviços de saúde e instituições de educação.

Considerando que as pessoas transgêneras convivem com os diversos tipos de vulnerabilidades, discutir sobre as vivências do grupo nos contextos formativos de educação e de atendimento em saúde torna-se pungente, uma vez que traz a possibilidade de importantes reflexões acerca de um grupo historicamente invisibilizadas.

## Metodologia

Diante dos objetivos apresentados, optou-se por desenvolver uma pesquisa de natureza qualitativa e descritiva do tipo estudo de caso. O método qualitativo tem suas raízes na fenomenologia e busca a compreensão da dinâmica do Ser Humano, partindo dos significados e fenômenos vivenciados pelas pessoas (Fontanella; Ricas; Turato, 2008).

A abordagem qualitativa tem como característica o fato de detalhar a forma como as pessoas constroem o mundo à sua volta, entenderem o que estão fazendo e/ou o que está lhes acontecendo (Flick, 2009). O estudo caso é uma relevante metodologia de pesquisa, uma vez que tem a



capacidade de reunir um número relevante de dados, informações e evidências, as quais podem contribuir consideravelmente para a investigação dos contextos em questão (Yin, 2005).

O percurso metodológico desta pesquisa cumpriu as seis fases do estudo de caso propostas e concebidas por Yin (2005), quais sejam: definição do tema/problema de pesquisa; definição do caso; descrição das proposições teóricas; elaboração do Protocolo de Estudo de Caso; coleta de dados, e, por fim, a análise e interpretação dos resultados.

Considerando a importância de discussões sobre identidades, e gênero e as vivências relacionadas aos contextos de saúde e educação, optou-se por investigar pessoas transgêneras, maiores de 18 anos. A coleta se deu mediante aplicação de entrevista, por uma das pesquisadoras, a partir de formulário semiestruturado que tratou de elementos significativos, conforme tema em questão. Para a inclusão de participantes ao estudo foi utilizada a técnica de amostragem não probabilística *snowball sampling*, na qual participantes convidam novos(as) depoentes.

Nos meses de maio a agosto de 2021, devido ao período pandêmico, algumas entrevistas foram realizadas na modalidade online, via Google Meet, com gravação de voz, sem acionar a câmera da plataforma. As entrevistas presenciais aconteceram em sala do Centro Universitário de Brasília, reservada para que a entrevistadora e entrevistada(o) tivessem privacidade sob o consentimento de ambas as partes, adotadas as medidas para proteção contra a Covid-19. O dia e horário foi combinado pelas pesquisadoras, considerando a disponibilidade da(o) participante, além da aceitação voluntária em participar da pesquisa mediante a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Tanto online quanto presencialmente o diálogo foi gravado mediante consentimento formal da(o) depoente e, em seguida, transcrito na íntegra para que fossem submetidos ao processo de organização, categorização e análise dos dados (Bardin, 2011). Ademais, nesta pesquisa, foram seguidas as três fases de organização da análise de conteúdo: 1) A pré análise, que consiste na organização das entrevistas propriamente dita. Nesta fase, a fim de ponderar os objetivos propostos e a sistematização das ideias iniciais foi realizada a leitura flutuante do conteúdo das entrevistas, pela qual foram selecionados os documentos



Ester Mascarenhas Oliveira  
Luciana Neves da Silva Bampi  
Carle Porcino  
Hellen Torres Coelho  
Cleuma Sueli Santos Suto  
Paula Bastos Antunes  
Thais Alfaia de Santana Pardo  
Bárbara Angélica Santos de Oliveira

**128**

relativos às vivências da população transgênera em contexto de serviços de saúde e instituição de educação, para constituição do corpus textual.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, buscou-se atender aos princípios éticos estabelecidos na Resolução 466/201216. O período de coleta de dados se deu logo após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética do Centro Universitário de Brasília - UNICEUB sob o número 4.684.555.

## **Resultados**

A pesquisa contou com a participação de oito pessoas que se autodeclararam transgêneras, dentre estas: quatro mulheres e quatro homens. Todas(os) tinham entre 18 e 29 anos. Sobre a orientação sexual: duas pessoas se autodeclararam bissexuais, duas pansexuais, três heterossexuais e uma não soube e/ou não desejou revelar essa condição. Quanto à escolaridade: uma afirmou ter o ensino fundamental completo, três o ensino médio completo e quatro estão cursando ensino superior. No que se refere à renda: uma participante afirmou não ter renda; cinco recebiam entre 500,00 e 1.500,00 reais por mês; e uma recebia até 4.000,00 reais por mês.

As vivências foram abordadas separadamente em decorrência de que nos diferentes contextos institucionais as mesmas foram, em sua maioria, divergentes.

## **Vivências em relação à saúde**

A população transgênera apresenta diversas demandas sociais e de saúde importantes, dentre elas: a implementação de políticas públicas que atendam as demandas e especificidades desse grupo; o respeito ao nome social e a autodeterminação de gênero nos serviços de saúde; a ampliação e acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), assim como cuidados relacionados à saúde mental (Reis et al., 2021).

O Decreto nº 8727/2016, que assegura à pessoa transgênera o direito ao uso do nome social em todos os estabelecimentos públicos e privados, dentro do território nacional, incluindo os que fazem referência e prestam atendimento à saúde por meio do SUS, foi regulamentado em abril de 2016 (Brasil, 2016). Todavia, nem sempre



esse direito é respeitado por profissionais de saúde, ação que pode ser caracterizada como transfobia e violência institucional, conforme pode ser visto nos excertos a seguir:

*Já aconteceu de perguntarem qual era meu nome antigo, só que eu respondi a altura, falei que não interessava pra ninguém (Participante 1).*

*Chama pelo nome e eu levanto e as pessoas começam a olhar: é uma menina, um menino é o que? (Participante 2).*

*Eu pedi para me respeitarem pelo meu nome social e algumas pessoas não respeitavam. Me chamar também no masculino e ficar me chamando de homem no hospital. (Participante 3).*

A transfobia é qualificada como repulsa direcionada à pessoa transgênera. É uma forma de discriminação, que causa sofrimento e constrangimento ao indivíduo (Pinheiro et al., 2017). O não respeito ao nome social nos atendimentos, em especial nos serviços de saúde, é uma violação de direitos e o principal motivo de afastamento e/ou de não adesão a tratamentos e da rede de cuidados.

A não legitimação e reconhecimento quanto ao gênero autorreferido ou a exposição do nome civil em detrimento do nome social - para as pessoas não retificadas civilmente - em salas de espera e consultórios, gera constrangimento, demarcando violência psicológica por meio da violação de direitos e pelo desrespeito e humilhação social. Nesse sentido, desrespeitar o uso do nome adotado afasta a pessoa transgênera dos serviços de saúde, o que aponta a falta de conhecimento, qualificação, sensibilidade e empatia por parte dos(as) profissionais e das instituições (Souza; Bernardo, 2014).

A violação do direito ao uso do nome social, tem como reflexo o fracasso no acompanhamento e adesão a tratamentos, prejudicando as ações de promoção de saúde e prevenção de doenças, assim como o diagnóstico e o tratamento precoce de enfermidades. A inobservância desses aspectos viola as premissas do SUS quanto aos princípios de universalidade, integralidade e equidade (Soares, 2018).

Um tratamento humanizado e acolhedor auxilia no estabelecimento do vínculo entre o usuário e o serviço de saúde. Em contrapartida, situações de desrespeito e humilhação contribuem para a não procura ou a evasão da rede de atenção e cuidado, por parte das pessoas transgêneras, o que potencializa as vulnerabilidades desse grupo conforme pode ser observado na afirmação a seguir:



Ester Mascarenhas Oliveira  
Luciana Neves da Silva Bampi  
Carle Porcino  
Hellen Torres Coelho  
Cleuma Sueli Santos Suto  
Paula Bastos Antunes  
Thais Alfaia de Santana Pardo  
Bárbara Angélica Santos de Oliveira

**130**

Tem bastante tempo que eu não vou fazer um exame. Por que não me sinto tão confortável, eu sei que o meu nome social não está na minha identidade, mas quando eu me imponho pra alguém me chamar pelo meu nome social muitas pessoas não respeitam (Participante 3).

A baixa procura e adesão aos cuidados à saúde pela população transgênera pode estar relacionada, principalmente, a dificuldade de acesso, ligada em especial às fragilidades existentes, como ausência de equipe preparada e treinada para o acolhimento, o que reforça a visão corrente de que o SUS é um local de manutenção da desigualdade e do preconceito (Pereira; Chazan, 2019). Vale salientar que a discussão sobre o direito ao uso do nome social é incipiente mesmo nos cursos de formação superior/técnica em saúde.

Um estudo aponta que muitos profissionais da saúde praticam a transfobia institucional, por meio de situações vexatórias e humilhações públicas, estigmatizando e discriminando com certas brincadeiras e atitudes preconceituosas, fato que deflagra a ausência de empatia relacionada ao grupo em questão (Rocon et al., 2019). Os/as participantes deste estudo de caso corroboram:

*Eu sofri quando o enfermeiro aplicou a testosterona de uma vez, onde tem que ser lentamente, porque é muito oleoso e eu fico meio triste, prefiro aplicar em mim. (Participante 6).*

A empatia caracteriza-se pela habilidade de interagir socialmente por meio de fundamentos compostos por: afetividade, compaixão e simpatia ao próximo, capacidade de interpretação e de compreensão em relação ao outro, e comportamentos ligados a comunicação verbal e não verbal, por meio da sensibilização aos sentimentos expressos ou não pela pessoa cuidada. O acolhimento a uma pessoa transgênera somente é efetivo quando há um compromisso coletivo de cultivar vínculos, considerando, em especial, as diferenças entre as/os participantes envolvidas/os nesse processo (Lovison et al., 2019).

O conhecimento no que tange às questões de gênero é escasso. Existe também, por parte de alguns profissionais de saúde, uma certa dificuldade em compreender o cuidado à saúde para além da dimensão biológica. Discutir estes temas promove a sensibilização e a busca por possibilidades que ajudem a garantir um acolhimento e um cuidado à



saúde mais sensível, humanizado e completo ao coletivo transgênero, reforçando direitos e implementação de políticas públicas igualitárias (Oliveira et al, 2019).

A enfermagem possui um papel importante, nesse contexto, cabendo-lhe, o planejamento e a implementação de ações voltadas à assistência à população vulnerável, a exemplo da LGBTQIAPN+. Dentre as atividades citadas estão: informações relativas à promoção da saúde e à prevenção de doenças, promoção e defesa de direitos que cabem e amparem este coletivo no sistema de saúde (Lovison et al., 2019). Estas são possibilidades no fomento às relações de respeito e de acolhimento democrático.

A equipe de enfermagem possui um importante papel no cuidado à saúde da população transgênera, por meio da educação em saúde, mas também do acolhimento e do respeito às singularidades do grupo (Rosa et al., 2019). Algumas verbalizações das/os participantes sobre o acolhimento:

*Tem lugares que te acolhe, que não ficam com essas coisas, mas se o seu nome está desse jeito eu vou te tratar do jeito que está aqui, me acolheram bem desde o início isso me motiva (Participante 2).*

*Os profissionais da saúde são sempre cuidadosos, pelo menos eu nunca tive problema (Participante 5).*

*Não tem nenhum tipo de descrição, eu estou num local feito pra isso pra acolher pessoas trans, eu me sinto muito à vontade lá (Participante 7).*

Nos espaços de atuação a(o) enfermeira(o), necessita de uma postura técnica, mas, também, ética, cidadã e solidária. Sendo assim, há que se considerar que o contexto relacional entre enfermeira(o) e a pessoa transgênera não está livre de influências sociais, que podem direcioná-lo. Quer seja no que se refere a condutas profissionais e tomadas de decisão no atendimento e dispensa de cuidados, desde a elaboração de imagens, ideias, noções e posicionamentos, até a existência ou não de protocolos assistenciais e itinerários terapêuticos a esse segmento populacional, nos diversos níveis de atenção (Oliveira et al., 2019). Assim, o fortalecimento de novas noções sobre essa população, junto aos profissionais de saúde, em especial as(os) enfermeiras(os), é fundamental para que se estabeleçam condições adequadas de acesso aos serviços. Como demonstra o relato:



Ester Mascarenhas Oliveira  
Luciana Neves da Silva Bampi  
Carle Porcino  
Hellen Torres Coelho  
Cleuma Sueli Santos Suto  
Paula Bastos Antunes  
Thais Alfaia de Santana Pardo  
Bárbara Angélica Santos de Oliveira

**132**

*Em hospital público a gente só é atendido por técnico e enfermeira, pra chegar no médico é sorte. Quem te recebe é só a enfermagem, médico é momento específico, momento de laudo, momento de saber de coisa de receita, bem específica mesmo. (Participante 8).*

A população LGBTQIAPN+ convive com estigmas sociais. O preconceito da sociedade oprime em virtude do desrespeito às dissidências sexuais e de gênero, causando experiências de sofrimento pelas violências sofridas, promovendo situações onde as vulnerabilidades se sobrepõem. No campo das ciências humanas e sociais, a vulnerabilidade está associada a grupos privados de recursos materiais e simbólicos e/ou em situação de marginalização, exclusão e insegurança social. Tanto no âmbito da saúde quanto da assistência social, observa-se que há uma tendência ao reducionismo, naturalização e individualização dos processos de vulnerabilização das populações (Dimenstein; Cirilo Neto, 2020).

Uma grande parte das pessoas LGBTQIAPN+ já passaram por algum cenário de agressão moral no âmbito da assistência à saúde, como sentimentos de ódio, repulsa, repressão, considerando a pessoa a ser cuidada como alguém inferior, anormal, sem direitos, excluído da própria humanidade. Esta realidade, contudo, sempre ocorre. Vide as narrativas abaixo:

*Eu entrei na sala e o médico perguntou o que eu tinha, eu falei que estava com uma infecção e ele falou várias coisas desnecessárias (Participante 3).*

*Quando a residente de medicina estava perguntando sobre minha transição, me conhecendo melhor, ela perguntou minha sexualidade eu falei que era bi, ela perguntou como eu me expressava sexualmente, eu fiquei super desconfortável. Fiquei meio receoso de responder e ficar achando que se eu falasse que me sentia confortável me sentindo penetrado ela ia desvalidar a minha transexualidade (Participante 4).*

A procura da população transgênera à Atenção Básica ocorre de forma espontânea, principalmente com foco no processo transexualizador. Cabe a(ao) enfermeira(o) acolher e direcionar este(a) usuário(a) aos programas de saúde oferecidos pelo SUS. Outra atribuição de grande importância do(a) enfermeiro(a) neste âmbito, diz respeito à



educação em saúde. Educar é fundamental para possibilitar, tanto para a população quanto para a equipe, conhecimentos relacionadas às sexualidades e ao gênero, com o intuito de diminuir as desigualdades e promover o respeito e a dignidade (Jesus et al., 2019), desconstruindo estigmas e preconceitos.

A(o) enfermeira(o) deve capacitar-se para o atendimento da população LGBTQIAPN+, uma vez que, o não ingresso desse grupo à saúde deve-se, entre outros, ao fato de não se sentirem acolhidas/os por profissionais da área. Esse desamparo, decorrente de um acolhimento equânime, pode estar relacionado à ausência de conhecimentos sobre as diversas identidades de gênero, lacunas que se apresentam durante a formação acadêmica e podem se manter no contexto de trabalho dos profissionais de saúde.

Diante dos avanços e dos desafios enfrentados por esse segmento, pode-se citar conquistas importantes a exemplo da Política Nacional de Saúde Integral para pessoas LGBT, do apoio do Conselho Federal de Psicologia e da ampliação do processo transexualizador no SUS. A Portaria N<sup>o</sup> 2.803 de 2013, do Ministério da Saúde, que amplia e redefine o processo transsexualizador no SUS, possibilita que a população transgênera acesse serviços ambulatoriais e seja acompanhada no âmbito clínico, no pré, no trans e no pós-operatório, assim como no que se refere à hormonioterapia (Brasil, 2013).

O uso de hormônios necessita de assistência profissional para que seja uma prática livre de danos. Assim, o ciclo de realização, o modo de aplicação e o acompanhamento da evolução são elementos que se não atendidos podem produzir agravos à saúde. O emprego dessa classe de fármacos constitui um ponto polêmico no processo transexualizador, devido à ausência de regulamentação que garanta a distribuição pelo SUS, especialmente porque, no Brasil, a testosterona é um medicamento controlado. Esta realidade estimula ainda práticas de utilização sem supervisão profissional, implicando riscos em função de um plano terapêutico fragilizado ou inexistente (Souza; Iriart, 2018).

O processo transexualizador no SUS foi estabelecido por meio de Portarias em 2008 que habilitam somente hospitais universitários a realizar o processo. No entanto, percebeu-se a deficiência dos profissionais em atender o público transgênero, pois não havia protocolos de como basear ou realizar o atendimento. Nesse sentido, foi publicada a Portaria de n<sup>o</sup> 2.803 de 2013 que ampliou e redefiniu o processo transexualizador no SUS (Brasil, 2013).



Ester Mascarenhas Oliveira  
Luciana Neves da Silva Bampi  
Carle Porcino  
Hellen Torres Coelho  
Cleuma Sueli Santos Suto  
Paula Bastos Antunes  
Thais Alfaia de Santana Pardo  
Bárbara Angélica Santos de Oliveira

**134**

Os serviços realizados no âmbito do processo transexualizador, na esfera SUS, incluem hormonioterapia, acompanhamento clínico, psicológico e social, além de procedimentos cirúrgicos, como: redesignação sexual, histerectomia, mastectomia masculinizadora e tireoplastia. O pouco conhecimento dos profissionais APS sobre esse processo se revela mais um obstáculo ao acesso da população transgênera aos serviços de saúde. Com a dificuldade de entrada, grande parte dessa população recorre a outros métodos para iniciar a transição por conta própria adotando práticas de modificações corporais que desejam, mas que podem aumentar os riscos e danos à saúde (Rocon; Silva; Sodré, 2018).

O uso de hormônios por conta própria a partir dos saberes construídos por/entre pares, é uma prática comum entre as pessoas transgêneras, pois permite a modificação do corpo conforme demonstram as falas das/os entrevistadas/os:

*Comecei meu tratamento hormonal sem ir ao médico, fiz umas pesquisas e tinham alguns hormônios que eu poderia tomar sem risco e eu comecei a tomar. Tomei 2 meses. Eu deixei de tomar, porque eu estava ficando muito enjoada tomando, passando muito mal (Participante 3).*

*Eu vejo bastante essa falta de conhecimento dos profissionais da saúde, eles conhecem basicamente duas testosteronas: a deposteron e a durateston e só existem milhares e cada organismo reage de um jeito (Participante 7).*

Nesse sentido, se por um lado existem pessoas transgêneras que com frequência não confiam nos profissionais e na equipe pelas situações vexatórias experimentadas nos serviços de saúde, por outro, a carência de técnicos preparados implica em lacunas na (des)assistência prestada ao referido grupo. A exemplo das exposições:

*Quando entrei precisei de um atestado da psicóloga, Na época ela questionou um pouco a minha transição, eu fiquei sem saber o que falar (Participante 4).*

*Existe uma falta gigantesca, tanto na saúde privada quanto na pública, de conhecimento para ler os exames e conseguir*



*dar uma dosagem ou uma testosterona, direcionada para aquele organismo (Participante 7).*

Há uma permanente necessidade de aprimoramento da formação e da atualização de futuros profissionais e daqueles que já atuam na área, pois o atendimento ainda é marcado por presunções lógicas com base na cisheteronormatividade<sup>1</sup>, que dificulta o acesso à saúde qualificada ao acentuar os quadros de deficiência em relação ao cuidado à população transgênera (Rosa et al., 2019). Corroborando essa ideia, destaca-se que os profissionais da saúde, devem buscar conhecer para melhor acolher essa população no que se refere, tanto às necessidades gerais quanto aquelas consideradas específicas.

## **Vivências na educação**

A escola é um espaço fundamental para a formação cidadã dos indivíduos. E como qualquer espaço social, é formado por pessoas, sendo estas atravessadas pelas mais diferentes ideias e contextos (Nobre, 2018).

Seja em ambientes escolares e/ou não, pessoas transgêneras enfrentam dificuldades para ter acesso ao banheiro. A identificação do banheiro está atravessada pelas demarcações de sexo - em termos de conformação anatômica genital - e o reflexo disso ocorre não somente na caracterização dos espaços físicos, mas também na formação e regulação dos sujeitos, das relações sociais e ao acesso a esses espaços. O aspecto determinante adotado para o reconhecimento das pessoas, em uma sociedade cisnormativa ainda é a conformação anatômica genital ou sexo de nascimento, ainda que a autoidentificação, a expressão de gênero e o nome social, possam dizer ao contrário (Santana, 2020).

Essa demanda, que parece simples - realizar as eliminações, pode gerar inúmeros problemas que se estendem do constrangimento às complicações clínicas, como infecção urinária. Na escola, inclusive, essa realidade torna-se um obstáculo para a permanência da/o aluna/o, aumentando a evasão de pessoas LGBTQIAPN+ (Lima, 2020).

Nesse contexto, a gestão escolar deve ser consciente, sobre as mudanças nas relações humanas e sociais no mundo atual, e buscar

---

<sup>1</sup> A cisheteronormatividade “é a naturalização e normatização de uma forma específica de se relacionar afetivo-sexualmente: um homem cisgênero se relacionando com uma mulher cisgênero, supondo uma linearidade entre corpo somático, prática sexual e identidade de gênero, linearidade que mantém o binarismo masculino-feminino” (Fuchs; Hining; Toneli, 2021, p.e220944).



Ester Mascarenhas Oliveira  
Luciana Neves da Silva Bampi  
Carle Porcino  
Hellen Torres Coelho  
Cleuma Sueli Santos Suto  
Paula Bastos Antunes  
Thais Alfaia de Santana Pardo  
Bárbara Angélica Santos de Oliveira

136

contemplar as necessidades de todos os estudantes, inclusive as pessoas trans. No entanto, há uma resistência de algumas instituições e seus corpos diretivos em respeitar e seguir os parâmetros que proporcionem a inclusão e o respeito às diferenças (Périco, 2021) o relato do participante ilustra a realidade descrita:

*Tinha o desconforto de ter que ir ao banheiro, eu fiquei muito tempo sem ir ao banheiro durante o dia todo e sem beber muita água pra não precisar ir. Até que comecei a minha terapia hormonal e foi mudando um pouco mais minhas características e me senti mais à vontade, eu ia acompanhado por um amigo meu que também era trans e a gente ia junto ou eu só não ia (Participante 4).*

Ainda hoje a população LGBTQIAPN+ sofre os efeitos da marginalização e da exclusão social, o que leva ao abandono familiar, à evasão escolar, ou mesmo ao não acesso à escola. Esta realidade conduz a uma deficiência na educação/formação desse coletivo, com conseqüente não profissionalização. Nesse contexto, a dificuldade de ingresso ao mercado de trabalho formal é uma realidade cada vez mais distante, pois devido aos poucos anos de estudos acabam por ocupar o mercado de trabalho na informalidade (Pinto et al., 2017). Nesse sentido o participante expressa a justificativa do abandono:

*Eu parei cedo de estudar porque saí de casa, tive uma briga com minha mãe e sai para trabalhar (Participante 5).*

O uso de cores e de roupas específicas e de adornos, assim como o modo de falar e de comportar-se, entre outras determinações, marcam a visão binária de gênero como possibilidade de existência. Esta perspectiva dificulta transgredir os padrões, e quando isso ocorre, episódios de violência e de discriminação para a fazerem parte da vida cotidiana. Outro aspecto importante é que a escola se tornou um lugar de reafirmação da padronização de gênero, por meio de características que são singelas e que necessitam de um processo reflexivo para serem reveladas. As vestimentas e as brincadeiras, por exemplo, são colocadas de maneira impositiva no contexto escolar, determinando características marcantes para cada gênero (Nascimento et al., 2020).



A negação ao gênero autodeterminado conduz ao sofrimento, desde a infância, adolescência, podendo alcançar a fase adulta e causar dificuldades em relação à auto aceitação. Entende-se ainda que o corpo, a aparência física, e o comportamento, perante a sociedade, constituem as maiores referências identitárias da pessoa, inclusive no que se refere ao gênero. Assim relatam as/os entrevistadas/os:

*Eu estudei em uma escola e não gostei muito, porque meninas tem que usar uma coisa e meninos outra totalmente diferente. Eu me sentia muito desconfortável com aquilo e já tinha tentado algumas vezes usar o uniforme masculino (Participante 2).*

*Era um pouco desconfortável quando dividia educação física com meninos e meninas (Participante 4).*

É plausível inferir que os episódios de discriminação e de violência que ocorrem dentro dos espaços escolares são, infelizmente, comuns na vida de pessoas trans e travestis. E os impactos negativos disso podem e, muitas vezes, são irreversíveis, colaborando cada vez mais para a desigualdade, exclusão e a marginalização social (Périco, 2021).

A escola possui importante papel social no desenvolvimento das pessoas. Por vezes, no entanto, estudantes e professores insultam e agredem psicológica ou fisicamente aquelas/es consideradas/os 'diferentes' e não aceitam a manifestação do corpo transgênero. Dentre as agressões vividas, destacam-se o bullying, a impossibilidade do uso do nome social, as restrições quanto ao uso dos banheiros, a segregação e a educação cisheteronormativa. As experiências descritas pelas/os participantes demonstram esta realidade:

*Eu sofri muito bullying na escola, pela minha aparência na época eu não gostava da minha aparência e era ridicularizado. Eu era excluído de grupos, não tinha ninguém para fazer trabalho (Participante 1).*

*Eu beijei uma menina no intervalo, a gente andava junto e acho que foi a primeira menina e única que eu assumi dentro de uma escola, a orientadora veio conversar comigo para saber se meus pais estavam cientes daquele relacionamento, eu indaguei de volta, você faz isso com todos os casais heteros? Todo mundo que beija, que está em um relacionamento você liga pros pais pra avisar? (Participante 7).*



Ester Mascarenhas Oliveira  
Luciana Neves da Silva Bampi  
Carle Porcino  
Hellen Torres Coelho  
Cleuma Sueli Santos Suto  
Paula Bastos Antunes  
Thais Alfaia de Santana Pardo  
Bárbara Angélica Santos de Oliveira

138

Algumas religiões pregam princípios universalistas, o que impacta diretamente a ordem social, uma vez que o caráter divino das crenças religiosas sistematiza, define e disserta sobre prerrogativas que influenciam a liberdade e autonomia dos seres humanos. O discurso religioso, no contexto da educação, tem o potencial de excluir e de silenciar estudantes, especialmente aquelas/es autodeclaradas/os LGBTQIAPN+, ao não proporcionar um espaço seguro, de tolerância, para o debate sobre as questões que envolvem a sexualidade e a diversidade, que possa desconstruir estereótipos e estigmas comuns entre os mais jovens (Gouveia, 2017).

O ambiente escolar reflete a moral - cultura, crenças e valores - de uma sociedade. Quando a cisheteronormatividade compulsória possui força, e não leva em consideração as questões de gênero fortalece o preconceito, estigmas e a discriminação. O uso de argumentos que tangenciam o biológico e a religião deslegitimam a diversidade, limitando o debate, a partir de uma ótica lgbtfóbica. Como expôs o participante:

*Uma (professora) que era da igreja, falava que era errado. Sempre que ela me via ela falava: respeito, mas isso é errado, você não pode ser, Deus não aceita (Participante 2).*

A transfobia afeta a vida da população de pessoas trans e travestis, no Brasil, em algum momento da vida. Conforme o relatório de 2021 da Transgender Europe (TGEU), que monitora dados globalmente levantados por instituições trans e LGBTQIAPN+, cerca de 70% de todos os assassinatos registrados aconteceram na América do Sul e Central, sendo mais de 30% no Brasil (Tgeu, 2021).

Atualmente, o trabalho sexual remunerado constitui a principal fonte de renda para 92 % desse grupo, o qual apresenta dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal e o acesso ao consumo de bens e serviços. O trabalho sexual, sob a ótica da população trans, se torna um símbolo de resistência, de desbravamento e de sobrevivência, indo de encontro à expressão desmoralizante 'cair na vida' e se tornando uma realidade 'naturalizada' para esses indivíduos vulneráveis socialmente. O estigma relativo a essa população traz à tona um olhar estereotipado, no



qual a prostituição está associada ao corpo trans, por objetificação e marginalização (Câmara, 2021).

Comportamentos sexuais de risco, como o sexo desprotegido, são maximizados, considerando-se a baixa autoestima, a menos valia e a tristeza profunda que os cerca, tendo como causa principal a discriminação e a exclusão devido a identidade de gênero (Magno et al., 2019). Assim relata a entrevistada:

*Um dia me deixou muito desconfortável dentro de sala de aula. Em uma aula de história, a professora perguntou sobre profissões, eu falei a prostituição, que querendo ou não é uma profissão, é a profissão mais antiga do mundo, eu falei e a professora olhou pra todo mundo e para mim e falou 'sim, gente, tem prostituta' e apontou pra mim (Participante 3).*

A inclusão escolar deve estar alinhada com a pluralidade de existências, indo de encontro ao binarismo que segrega e desconsidera os marcadores constituintes dos indivíduos, como o gênero e a sexualidade (Silva, 2020). Os profissionais da educação, em consonância com as transformações sociais contemporâneas, devem adotar práticas pedagógicas inclusivas e acolhedoras, que englobem a diversidade e as características de cada ser humano, estimulando o desenvolvimento de potenciais (Lima, 2021).

Percebe-se ainda o movimento, por uma parcela de docentes, de reconhecimento das vulnerabilidades de estudantes trans e da busca pela empatia perante às diferenças e dissidências. As/Os participantes exprimem sobre esse movimento:

*Os professores aceitavam. No início eu não falava com muitas pessoas sobre a minha transição, tive uma professora que percebeu e perguntou. Com ela eu conversava bastante (Participante 2).*

*Eu tive o apoio do diretor da escola. Ele chegou a conversar comigo, tanto é que no final do terceiro ano foi quando eu me assumi para minha mãe e foi um pouco difícil (Participante 7).*

A violência direcionada às pessoas LGBTQIAPN+ ainda é uma realidade no espaço escolar onde a cisheteronormatividade, pautada no binarismo que reflete uma cultura sexista nos métodos pedagógicos, materiais didáticos, linguagem utilizada, normas institucionais e disciplinas ministradas (Silva; Melchíades; Santos, 2020).



Ester Mascarenhas Oliveira  
Luciana Neves da Silva Bampi  
Carle Porcino  
Hellen Torres Coelho  
Cleuma Sueli Santos Suto  
Paula Bastos Antunes  
Thais Alfaia de Santana Pardo  
Bárbara Angélica Santos de Oliveira

**140**

Entretanto, nota-se que os jovens da contemporaneidade reconhecem com frequência a importância do respeito às identidades, ao gênero e à pluralidade. Os questionamentos propostos pelos estudantes acerca das questões de gênero e da sexualidade influenciam na produção de novos saberes, por parte da escola, assim como fortalecem a criação de um ambiente mais democrático, plural e inclusivo. Assim relata o participante:

*Foi uma boa recepção por parte dos meus colegas de turma. Todos de imediato já começaram a me tratar pelo meu nome, pelos pronomes corretos e foi bem tranquilo (Participante 4).*

A escola é um ambiente de aprendizagem e de convivência, em que o debate envolvendo as temáticas sobre as sexualidades e diversidade de gênero deve ser problematizado e debatido. A abordagem desses temas abre espaço para o diálogo, que promove reflexões e tomadas de decisão e consciência, a partir de uma postura crítica e ativa entre discentes e docentes. Esse movimento transformador está ocorrendo e é o embrião para uma sociedade mais inclusiva e livre de preconceitos (Lima, 2021).

A escola é um espaço que produz discursos concernentes à dimensão da sexualidade e gênero e/ou reforça aqueles que são proferidos fora dos muros escolares, ainda que haja um ‘pacto silencioso’, uma tentativa de evitar tocar no assunto. A idealização das práticas cotidianas da população transgênera consideradas ‘certo-erradas’ está presente nas mais variadas situações, como nos discursos do vestuário adequado, nas brincadeiras entendidas como corretas, nas formas de comportamento reprovável por professores, dirigentes e estudantes.

Silva e colaboradores (2016) evidenciaram que o baixo grau de escolaridade se relaciona diretamente com o preconceito e a discriminação presente no espaço em que vivem as pessoas transgêneras, na qual as práticas cotidianas de exclusão, as levam a evasão - compreendida como expulsão - escolar. Esta adversidade está presente diariamente, seja pela violência gerada pela transfobia ou pela inadequação do planejamento pedagógico, o que dificulta o acesso, a sobrevivência e a permanência na escola.

Para Natal-Neto; Macedo e Bicalho (2020), este tipo de violência, que torna o ambiente escolar um ambiente desagradável à pessoa



transgênera, é de conhecimento geral situações nas quais se fazem presentes à agressão física, violências sexuais por parte de estudantes e demais profissionais do meio escolar, entre outras violações. Todo indivíduo que, de alguma forma, difere da cisheteronormatividade, poderá ter uma leitura corporal feita sobre seu corpo e sua forma de ser/estar no mundo sob a óptica da cisgeneridade. Nesse caso, a probabilidade de enfrentar situações relacionadas ao bullying é acentuada, tendo em vista que gera consequências físicas e principalmente psicológicas para as pessoas transgêneras.

## **Considerações finais**

Ainda que ao longo dos anos tenham sido conquistados espaços em pautas sociais e não mais patológicas como eram geralmente associados, a maior parte dos estudos que a população está envolvida estão relacionados a sua invisibilidade nos espaços, direitos básicos e violências, não sendo associados a outros ambientes e suas experiências.

Apesar das vivências serem abordadas em diferentes contextos institucionais nota-se semelhanças em seus relatos, como transfobia através do não uso de seus nomes sociais e as recorrentes situações de violência que afastam essas pessoas da assistência à saúde e educação, contribuindo com o aumento das vulnerabilidades já existentes.

Reconhecer a necessidade de profissionais mais qualificados ampliar seus conhecimentos para a assistência a essas pessoas e suas especificidades, com acolhimento adequado por meio de empatia, distante de qualquer influência social que direcione o atendimento para uma conduta preconceituosa que não se adequa aos princípios do SUS e a ética em sua atuação profissional.

## **Referências**

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. 1º ed. Coimbra: Edições 70. 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 6º. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 out 2021.

BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras



Ester Mascarenhas Oliveira  
Luciana Neves da Silva Bampi  
Carle Porcino  
Hellen Torres Coelho  
Cleuma Sueli Santos Suto  
Paula Bastos Antunes  
Thais Alfaia de Santana Pardo  
Bárbara Angélica Santos de Oliveira

**142**

de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília: Distrito Federal. 2013.

BRASIL. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União, Brasília: Distrito Federal. 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 2.803 de 19 de Novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803\\_19\\_11\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html) Acesso em: 09 Jul. 2021.

CÂMARA, A. B. P. “Cair na vida”: O espaço da prostituição como principal alternativa de renda para as mulheres transexuais e travestis. Caderno Humanidades em Perspectiva, v. 5, n. 10, p.: 48 - 62. 2021.

CANO-PRAIS, H. A.; COSTA-VAL, A.; SOUZA, E. R. Incongruências classificatórias: uma análise dos discursos sobre as propostas da CID-11 em relação às experiências trans. Cadernos Pagu, v. 62, 2021.

CHIPKIN, S.; KIM, F. Ten Most Important Things to Know About Caring for Transgender Patients, The American Journal of Medicine, v. 130, n. 11, p.: 1238 - 1245. 2017.

DIMENSTEIN, M.; CIRILO-NETO, M. Abordagens conceituais da vulnerabilidade no âmbito da saúde e assistência social. Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 15, n. 1, p.: 1 - 17. 2020.

FLICK, U. Qualidade na pesquisa qualitativa. In: FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3º ed. Porto Alegre: Artmed. p.: 39-49. 2009.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J. TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. Cadernos de Saúde Pública, v. 24, n. 1, p.: 17 - 27. 2008.



FUCHS, JJB; HINING, APS; TONELI, MJF. PSICOLOGIA E CISONORMATIVIDADE. *Psicol Soc* [Internet]. 2021;33:e220944. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33220944>

GOUVEIA, R. B. Religião e Sexualidade: interfaces da intolerância religiosa na Educação para a diversidade sexual na rede municipal de ensino do Recife. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife. 2018.

JESUS, M. E. F. et al. Educação em saúde: concepções de discentes da graduação em enfermagem. *Anais VI Encontro Internacional de Jovens Investigadores (JOIN). Brasil - Portugal. 2019. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/57605>.*

LIMA, T. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 70, p.: 70 - 87. 2020.

LIMA, T. F. S. et al. Ação educativa para adolescentes de uma escola pública sobre conceitos de Transgênero: relato de experiência. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 7, p.: 73416 - 73428. 2021.

LOVISON, R., et al. Travestis e Transexuais: Despindo as percepções acerca do acesso e assistência em saúde. *Revista Enfermagem em Foco*, v. 10, n. 5. 2019.

MAGNO, L. et al. Estigma e discriminação relacionados à identidade de gênero e à vulnerabilidade ao HIV/aids entre mulheres transgênero: revisão sistemática. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, n. 4. 2019.

NASCIMENTO, F. K. et al. Brazilian transgender children and adolescents: Attributes associated with quality of life. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 28, n. e3351. 2020.

NATAL-NETO, F. O.; MACEDO, G. S.; BICALHO, P. P. G. A Criminalização das Identidades Trans na Escola: Efeitos e Resistências no Espaço Escolar. *Revista psicologia: Ensino & Formação*, v.7, n. 1, p.: 78 - 86. 2016.



Ester Mascarenhas Oliveira  
Luciana Neves da Silva Bampi  
Carle Porcino  
Hellen Torres Coelho  
Cleuma Sueli Santos Suto  
Paula Bastos Antunes  
Thais Alfaia de Santana Pardo  
Bárbara Angélica Santos de Oliveira

144

NOBRE, F. E.; SULZART, S. O papel social da escola. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 08, Vol. 03, pp. 103-115. 2018.

OLIVEIRA, E. M. et al. Corpo de homem com (tre)jeitos de mulher?: imagem da travesti por enfermeiras. Revista Interface (Botucatu), v. 23, n. e170562. 2019.

PEREIRA, L. B. C.; CHAZAN, A. C. S. O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. Rev. Bras. Med. Fam. Comunidade, v. 41, n. 4. 2019.

PÉRICO, L. Educação e sexualidade: a discriminação do público trans no contexto escolar. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. 2021.

PINHEIRO, M. V. (In)visibilidade LGBT: práticas e desafios na EJA. Revista Escritos e Escritas na EJA, v. 7, 2017.

PINTO, J. J. et al. Transexuais: acessibilidade ou exclusão social. Revista de Enfermagem da UERJ, v. 25, n. e29009. 2017.

PORCINO, C. A.; COELHO, M. T. A. D.; OLIVEIRA, J. F. Representações sociais de universitários sobre a pessoa travesti. Revista Saúde e Sociedade, v. 27, n. 2, p.: 481 - 491. 2018.

REIS, P. S. O., et al. Veiled transphobia: nurses-created meanings vis-à-vis the user embracement of transvestites and transgenders. Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental (UNIRIO), v. 13, p.: 80 - 85. 2021.

RELATÓRIO Transgender Europe. Disponível em: <https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/>

ROCON, P. C. et al. Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. Revista Interface (Botucatu), v. 23, n. e180633. 2019.



ROCON, P. C.; SILVA, A. I.; SODRÉ, F. Diversidade de gênero e Sistema Único de Saúde: uma problematização sobre o processo transexualizador. *Revista Ser Social*, v. 20, n. 43, p.: 432 - 448. 2018.

ROMANELLI, M.; LINDSEY, M. A. Patterns of Healthcare Discrimination Among Transgender Help-Seekers. *American Journal of Preventive Medicine*, v. 58, n. 4, p.: 123 - 131. 2020.

ROSA, D. F. et al. Assistência de Enfermagem à população trans: gêneros na perspectiva da prática profissional. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 72, n. 1. 2019.

SALEIRO, S. P.; PALMA, S. Diversidade de Gênero na Infância e Educação: Contributos para uma Escola Sensível ao (Trans)Gênero. *Revista ex æquo*, v. 36, n. 2, 2017.

SANTANA, J. M. P. Animação e diversidade: gênero trans e arte Sudaca – aquarelando com pigmentos naturais para além do azul e do rosa. 2020. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2020.

SILVA, E. J. L.; MELCHIADES, T. N.; SANTOS, G. O. H. Os Discursos de Educandas sobre a Inclusão de Estudantes Lgbti+ na Educação de Jovens e Adultos. *Revista Cocar*, v. 24, n. 30, p.: 1 - 21. 2020.

SILVA, G. W. S. et al. Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 37, n. 2. 2016.

SOARES, L. S. Cuidado em saúde e transfobia: percepções de travestis e transexuais de duas regiões do Rio de Janeiro: Maré e Cidade de Deus, sobre os serviços de saúde. 2018. 100 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

SOUSA, D.; IRIART, J. “Viver dignamente”: necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, n.e00036318, 2018.

SOUZA, H. A.; BERNARDO, M. H. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. *Revista Bagoas*, v. 8, n. 11, 2014.



Ester Mascarenhas Oliveira  
Luciana Neves da Silva Bampi  
Carle Porcino  
Hellen Torres Coelho  
Cleuma Sueli Santos Suto  
Paula Bastos Antunes  
Thais Alfaia de Santana Pardo  
Bárbara Angélica Santos de Oliveira

**146**

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3<sup>o</sup> ed. Porto Alegre: Bookman. 2005.

# Experiences of transgender people in health and education institutions

## ABSTRACT:

This work aims to understand situations experienced by transgender people in health services and educational institutions; and, identify the impacts resulting from situations experienced. It is a qualitative and descriptive research that fulfilled the six phases of the case study conceived by Yin and investigated transgender people over 18 years old. The interviews were conducted in person and/or via Google Meet. The collected data were transcribed in full and analyzed according to Bardin. Results: eight transgender people participated, three with secondary education and four with higher education. The right to use the social name is not respected by health professionals, despite successful reception experiences. In schools, the difficulty in using bathrooms and evasion are the main difficulties. It is noted, in different institutional contexts, similarities in reports of recurrent transphobia that keep these people away from health care and education, contributing to the increase of existing vulnerabilities. Final considerations: The importance of recognizing the need for more qualified professionals to assist these people and their specificities, with adequate care through empathy, is in line with the principles of the SUS and the ethics of professional practice.

**PALABRAS CLAVE/KEYWORDS:** Transgender people. Health services. Academic Institutions.

## **Ester Mascarenhas Oliveira**

Doutoranda em enfermagem (UNB), possui graduação em Enfermagem (FTC). Mestra em enfermagem pelo Programa de pós-graduação em enfermagem, na linha Mulher, Gênero e Saúde, Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (PPGEnf/UFBA). Integrante do Centro de Estudos sobre Saúde da Mulher (GEM) e do Grupo de pesquisa Sexualidades, Vulnerabilidades, Gênero e Drogas (SVDG). Especialista em Linhas de Cuidado em Atenção Psicossocial (UFSC). Especialista em Saúde Mental (UFMA). Especialista em Gestão em Saúde (FIOCRUZ). Especialista em Auditoria de Sistemas e Serviços de Saúde (UFBA). Atua como docente do curso de enfermagem no Centro Universitário de Brasília (UNICEUB). Integrante do Núcleo Docente Estruturante da no Centro Universitário de Brasília (UNICEUB).



Ester Mascarenhas Oliveira  
Luciana Neves da Silva Bampi  
Carle Porcino  
Hellen Torres Coelho  
Cleuma Sueli Santos Suto  
Paula Bastos Antunes  
Thais Alfaia de Santana Pardo  
Bárbara Angélica Santos de Oliveira

148

### **Luciana Neves da Silva Bampi**

Possui graduação em Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade Federal do Rio Grande (1992), mestrado em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília (2000) e doutorado em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília (2007). Atualmente é coordenadora de projeto de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, membro do grupo de pesquisa re habilitar da Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisadora da Universidade de Brasília, orientadora da pós-graduação em enfermagem da Universidade de Brasília e membro do nepise - unb da Universidade de Brasília.

### **Carle Porcino**

Psicóloga (FTC Salvador), mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (PPGEISU/IHAC/UFBA) e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde (PPGENF/UFBA). Professora adjunta no curso de Medicina, Mestrado Profissional em Psicologia e Intervenções em Saúde, e psicóloga do Ambulatório de Atendimento à Pessoa Trans da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP). Atua voluntariamente no Grupo Gay da Bahia (GGB)/Associação de Travestis de Salvador (ATRAS). É integrante do Grupo de Pesquisa em Sexualidades, Vulnerabilidades, Drogas e Gênero (SVDG) e do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Saúde, Violência e Subjetividade (SAVIS) da UFBA. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Clínica. Atualmente, desenvolve pesquisas na área da saúde com as seguintes temáticas: populações vulneráveis, sexualidades, transgeneridades, pessoas LGBTQIAPNB+, envelhecimento, práticas de modificações corporais e redução de danos, transversalizadas pela Teoria das Representações Sociais (TRS). É revisora ad hoc de periódicos nacionais.

### **Hellen Torres Coelho**

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB (2021). Vice-presidente do Centro Acadêmico do UniCEUB (2018). Participante da Liga Acadêmica de Sistematização da Assistência de enfermagem (2019/2021). Enfermeira navegadora do ambulatório da geriatria do programa Cuidar+.

### **Cleuma Sueli Santos Suto**

Enfermeira (UEFS), Doutorado e Mestrado em Enfermagem pela Escola de Enfermagem (UFBA). Especialista em Obstetrícia e Saúde Pública. Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus VII. Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências do Cuidar em Saúde (UNEB) e do Mestrado Profissional em Enfermagem (UEFS). Integrante dos grupos de pesquisa Grupo QUALES (UNEB) e COGITARE (UEFS). Pesquisadora da Teoria da Representações Sociais e das temáticas: HIV/Aids, IST, sexualidade, atenção básica e enfermagem.

### **Paula Bastos Antunes**

Graduada em Bacharelado em Enfermagem pelo Centro Universitário de Brasília - CEUB(2019-2024). Educadora Perinatal (2019-Atualmente). Ex-presidenta do Centro Acadêmico de Enfermagem do UniCEUB (2021 - 2023). Doula pelo Transforma Doulas (2019-2023). Secretária da Liga de Humanização do Parto e Nascimento pela Universidade de Brasília - LHPN UnB (2019 - Atualmente). Ex-Bolsista Institucional de Projeto de Iniciação Científica (2021-2022). Membro de Grupo de Pesquisa da Universidade de Brasília (2023-Atualmente).

### **Thais Alfaia de Santana Pardo**

Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia e Graduação em Administração de Empresas pelo Instituto Federal da Bahia. Mestre em Enfermagem pela UNB. Possui Residência em Enfermagem pela UFBA, Pós Graduação em Acreditação Hospitalar, Pós Obstetrícia, e Preceptoria em Saúde. Possui experiência em docência e preceptoria de ensino em enfermagem. Atualmente é Enfermeira Obstetra da Secretaria do Distrito Federal e consultora na área de desenvolvimento de pessoas e felicidade corporativa.

### **Bárbara Angélica Santos de Oliveira**

Bacharela em Enfermagem pela Faculdade Anísio Teixeira - FAT. Especialista em Saúde Pública pela Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana - UNEF. Mestre em Enfermagem pelo Programa de Mestrado Profissional em Enfermagem da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. Integrante do Núcleo de Pesquisa sobre Corpo, Gênero, Representações e Práticas de Cuidar (COGITARE) - UEFS.



Ester Mascarenhas Oliveira  
Luciana Neves da Silva Bampi  
Carle Porcino  
Hellen Torres Coelho  
Cleuma Sueli Santos Suto  
Paula Bastos Antunes  
Thais Alfaia de Santana Pardo  
Bárbara Angélica Santos de Oliveira

**150**

*Recebido em: 05/06/2023*  
*Aprovado em: 10/06/2024*